



PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

janeiro a março de 2007

Ano 32 – Nº 186

Resistência

Comunidades
tradicionais lutam
por sua identidade

Págs 8 e 9

8 de março: pescadoras se unem
contra a carcinicultura no Ceará
Pág 10 e 11

Fórum Social Mundial: a cada edição
participação popular diminui **Pág 14**



Foto: Arquivo Rede Rua

Rede Ciranda

EDITORIAL

Amazônia: preservar, já!

A Amazônia já fazia parte da pauta de muitos movimentos sociais, mas a expectativa agora é que o tema também seja tratado pela sociedade brasileira. Um dos grandes motivadores será a Campanha da Fraternidade 2007 – Fraternidade e Amazônia, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que foi lançada no dia 21 de fevereiro. O Pastoral da Terra, nesta edição, trouxe o assunto e, ainda ampliou a discussão tratando sobre a resistência das comunidades tradicionais na Amazônia e a luta pela preservação de suas identidades. Mas esse debate não passa só pela Amazônia, avança Brasil adentro e atinge outras regiões, como revela a matéria *Uma História de Resistência*, páginas 8 e 9.

Para dar ânimo à luta das mulheres e lembrar o Dia Internacional da

Mulher, o jornal traz uma entrevista com Maria do Livramento Santos, ou Mentinha, como é conhecida por sua comunidade. Pescadora do litoral cearense, Mentinha ajudou na organização de sua comunidade para resistir ao avanço da carcinicultura, criação de camarões. Os números da impunidade no campo, principalmente no Estado do Pará; e os três anos da chacinha de quatro membros do Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho, que atua contra o trabalho escravo, em Unaí, Minas Gerais, cujos responsáveis ainda estão soltos, traz novamente à tona o clamor por justiça em nosso país.

O segundo mandato do presidente Lula trouxe o fantasma da transposição do rio São Francisco, mega-obra que se junta a já existente e histórica indústria da seca no Brasil. O Governo Federal já lançou o edital para lici-



Ribeirinhas da Amazônia

tação dos projetos executivos da obra, mas fica a certeza de que a transposição das águas do Velho Chico não será uma solução para os pobres. Um novo mandato federal e novos governos estaduais coloca também em pauta a discussão sobre os números da utilização de mão-de-obra escrava no campo e as iniciativas para a erradicação desta prática na sociedade brasileira.

A VII edição do Fórum Social Mundial, realizada entre os dias 20 e 25 de janeiro, em Nairóbi, Kênia, mostrou ao mundo a simplicidade, a alegria, e, ao mesmo tempo, a pobreza e as mazelas do continente africano, oprimido e explorado pelo domínio econômico de outros continentes. Denúncia dos estragos do rompimento da barragem de uma mineradora na zona da mata mineira, e os dois da morte de irmã Dorothy Stang, completados no dia 12 de fevereiro, compõem a primeira edição do Pastoral da Terra deste ano.

Para valorizar o modo de vida camponês, o jornal trouxe, ainda, o

histórico de uma prática cultural comum nos campos brasileiros e, agora, também nas cidades do país, as Folias de Reis. Sua origem e seu processo de migração dos campos para as cidades são apresentados por um legítimo embaixador de folia do interior de Goiás.

BOA LEITURA!

ERRATA

Na edição passada do jornal Pastoral da Terra (número 185, de outubro a dezembro de 2006) não foi colocada, por um pequeno descuido, a CPT Espírito Santo/Rio de Janeiro como participante da reunião de trabalho sobre a expansão da cana, realizada de 16 a 17 de outubro de 2006, em Londrina, Paraná. Ratificamos aqui, portanto, a participação desse regional em tal encontro, descrito na matéria *CPT discute o avanço da cana* (página 13).

Desculpe-nos a falha!



Impunidade, as vítimas da luta pela terra



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.

www.cptnacional.org.br comunicacao@cptnacional.org.br

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Maristela Vitória
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Maristela Vitória (Reg. Prof. 98004/197 – GO)

Diagramação Impressão
Carla de Abreu Gráfica América

APOIO
eed
Evangelischer Entwicklungsdienst

Brot Für Die Welt
Pão para o Mundo

SJ Prov Merid Brird
Associação Antônio Vieira

MZF
Missionzontrale der Franziskaner e. V.

ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.
Informacoes.canuto@cptnacional.org.br

TRANSPOSIÇÃO

A velha “indústria da seca” reeditada

RUBEN SIQUEIRA

No último dia de funcionamento do Supremo Tribunal Federal em 2006, o ministro Sepúlveda Perence, depois de quase um ano e meio analisando, indeferiu as liminares que suspendiam o início das obras da transposição de águas do rio São Francisco. A decisão pareceu mais política do que técnica. O Governo Federal já lançou edital para licitação dos projetos executivos da obra. Avolumam-se as vozes críticas ao projeto. A ANA, Agência Nacional de Águas, lançou o “Atlas do Nordeste” em que lista as obras necessárias para resolver o problema do déficit hídrico na região e não considera a transposição. Volta a questão: por que insistir num projeto falacioso?

O projeto de transposição de águas do rio São Francisco para o Nordeste Setentrional do Brasil segue uma lógica de dominação política e econômica que é tão antiga quanto o “discurso da seca” e a “indústria da seca”. O desenvolvimento desigual do Brasil se vale das diferenças regionais para manipular falsas soluções que na verdade servem para concentrar renda, riqueza e poder.

No caso do Nordeste, é o fenômeno climático natural das secas utilizado pelas elites dominantes com dupla finalidade. Na própria região, como demandante de recursos federais que são desviados para abastecer fortunas familiares e grupos políticos poderosos. Para fora da região, como indutor desta população à migração para o Centro-Sul do país, onde se torna mão-de-obra farta e barata.

Os tempos são outros, mas a mesma lógica permanece. A globalização dos mercados e a tecnologia tornaram o Nordeste semi-árido interessante para novos ciclos de exploração econômica. O clima seco e as águas do São Francisco e dos rios temporários possibilitaram a fruticultura irrigada, que exporta manga e uva de qualidade para o Hemisfério Norte, e a produção de açúcar e álcool combustível a partir da cana-de-açúcar. Mais recentemente, expande-se a produção do biodiesel a partir de culturas como a da mamona. E a carcinicultura, criação de camarão em cativeiro (cada quilograma gasta 50 mil

João Zinclar



litros de água!). A disputa pelo mercado internacional de ferro e aço levou à implantação do Complexo Siderúrgico e Portuário do Pecém, em Fortaleza, Ceará. Todas essas atividades são altamente consumidoras de água, insueto cada vez mais disputado na nova competitividade global. É para essas atividades que querem transpor águas do rio São Francisco, e posteriormente transpor águas do rio Tocantins (Bacia Amazônica) para os rios São Francisco e Parnaíba.

Dados do projeto governamental confirmam essa destinação das águas transpostas: 70% para irrigação e 26% para uso urbano e industrial. A direção dos canais é exatamente a dos grandes reservatórios existentes, para possibilitar esses usos. A área realmente “beneficiada” corresponde a apenas 5% do território do semi-árido. Só 4% da água serão destinados à população rural, aquela afetada pelas secas. Contudo, essa desproporção gritante não impede que o velho “discurso da seca”, que mal esconde a antiga “indústria da seca”, seja acionado e funcione.

Desta vez, porém, esse mecanismo é mais sofisticado e perverso. São alegados 12 milhões de beneficiados com o projeto, toda a população do chamado Nordeste Setentrional em 2025, porque serão eles a arcar com os custos do uso

econômico de água tão cara. Estudos realizados na Universidade de São Paulo, publicados em 2006, calculam que os custos finais poderão ser de 15,5 a 31,2 centavos de dólares por m³, dependendo do ano ser úmido ou seco*. O projeto afirma que serão cobrados do consumidor final 11 centavos de real por m³. Quer dizer, os usos econômicos serão altamente subsidiados por um Estado brasileiro em déficit financeiro crônico. Como não há interesse de organismos multilaterais na obra (o Banco Mundial

recusou-se a financiá-la por achá-la cara e de baixo alcance), o ônus deverá ser de toda a população, através do mecanismo de “subsídio cruzado”, que tem sido usado nas privatizações dos sistemas de água. Ao pagar a conta doméstica mensal de água, que deverá se elevar gradativamente, a população das cidades, principalmente dos grandes centros, beneficiada ou não, estará bancando, em 85% da receita do projeto, os “exportadores de água” em frutas, camarão e aço.

Ao contrário da propaganda oficial, a transposição não significará solução para os pobres, senão que lhes trará mais dificuldades. E se água concentrada em usos econômicos intensivos resolvesse a pobreza já o tinha feito ao longo do rio São Francisco, cujos índices de desenvolvimento humano na sua porção semi-árida são tão ou mais baixos que os do Nordeste Setentrional.

O que precisa o diversificado Nordeste – como comprova o próprio governo no Atlas Nordeste – não é de importação e concentração de água, mas de um conjunto variado de ações, a começar por uma reforma hídrica eficiente, acompanhada de uma gestão mais democrática e competente da água disponível e suficiente para um verdadeiro desenvolvimento sustentável.

Caiu a máscara

O recente Atlas Nordeste, publicado pela Agência Nacional de Águas, demonstrou que as áreas mais críticas com previsão de escassez hídrica em 2025 estão na própria bacia do São Francisco, na Bahia, em Pernambuco e na região do eixo Leste da transposição. Segundo este Atlas, a verdadeira natureza do problema é a distribuição da água existente e a sua má gestão. O custo para resolver o problema de atendimento ao consumo urbano em todo o nordeste é de R\$ 3,6 bilhões. Portanto, sem estes investimentos, a megaobra da transposição, calculada entre R\$ 4,5 e 6 bilhões, será inócua para atender a justificativa assumida pelo Presidente Lula para realizar o projeto. Quer dizer, a transposição não vai resolver nada da ‘seca’! Juntando os dois gastos tudo custaria quase R\$ 10 bilhões aos cofres públicos. É ou não é a reedição da velha “indústria da seca”?

* <http://www.projetoobr.com.br/Content.aspx?id=382>, p.8.

Sociólogo, da CPT Bahia, coordenador do Projeto Articulação Popular para a Revitalização do São Francisco, apoiado pela Misereor / Alemanha.

CASO DOROTHY STANG

Dois anos de luta por Justiça

JOSÉ BATISTA GONÇALVES AFONSO

No dia 12 de fevereiro completaram-se dois anos do assassinato da missionária e agente da CPT em Anapu, Dorothy Stang. Três tiros disparados pelo pistoleiro Raifran das Neves, a mando de fazendeiros da região, calaram a voz dessa mulher corajosa que dedicou mais de 40 anos de sua vida à defesa dos direitos dos povos e da floresta amazônica. Os disparos que calaram sua voz não conseguiram sufocar seu testemunho evangélico de justiça. No segundo aniversário de sua morte, sua memória foi lembrada e celebrada como uma mártir que, a exemplo dos profetas bíblicos, fez a opção pelo reino e pelos pobres e, em consequência disso, foi vítima da violência dos que concentram a terra, destroem a natureza e oprimem os pobres.

Além de dar continuidade ao trabalho desenvolvido por Dorothy junto aos camponeses, a CPT Anapú, a prelazia do Xingú, as religiosas da Congregação de Notre Dame, a CRB e a CPT Pará priorizaram o acompanhamento jurídico do caso, exigindo a punição dos responsáveis pelo crime. Esse trabalho teve o apoio e a solidariedade dos movimentos sociais, de igrejas, de entidades ambientais e de direitos humanos nacionais e internacionais. A pressão exercida sobre o poder público, somada à grande repercussão nos diferentes meios de comunicação do Brasil e de outros países, obrigou os governos Estadual e Federal e o poder Judiciário a apresentarem resultados rápidos na apuração do crime. De imediato foram presos os pistoleiros e o intermediário e, pouco tempo depois, os dois acusados de serem os mandantes do crime.

Em pouco mais de um ano, os pistoleiros Raifran das Neves e Clodoaldo Batista tiveram seus processos concluídos pela comarca de Pacajá, desaforados para a comarca de Belém, julgados e condenados pelo tribunal do júri a 27 e 17 anos respectivamente. O mesmo aconteceu com Amair Feijoli da Cunha, intermediário do crime, também condenado a 17 anos de prisão. No caso do pistoleiro Raifran, como foi condenado a uma pena superior a 20 anos de reclusão, a Lei Processual Penal brasilei-

ra lhe garante o direito a um segundo júri, em data a ser ainda marcada. A mesma “eficiência” demonstrada pela Justiça paraense não prevaleceu em relação aos dois fazendeiros acusados de serem os mandantes do crime. Passados dois anos, o Tribunal de Justiça do Pará, sequer anunciou a data em que ambos serão julgados pelo tribunal do júri. A demora se insere na estratégia da defesa dos fazendeiros. Foi com base nessa tese que os advogados do fazendeiro Regivaldo Galvão conseguiram junto ao STF sua liberdade. O mesmo pode acontecer com Vitalmiro Bastos, o Bida, caso o Tribunal não realize logo o julgamento.

O processo que apura a responsabilidade pelo assassinato de Dorothy, é mais um exemplo de como a Justiça, principalmente a do estado do Pará, é

morosa quando se trata de punir mandantes de crimes contra trabalhadores e lideranças assassinados na disputa pela posse da terra.

Os conflitos fundiários têm resultado, nas últimas décadas, em crimes que acabam impunes. Trata-se de assassinatos seletivos, onde as vítimas exerciam função importante nas organizações dos trabalhadores e, por isso, foram assassinadas com o objetivo claro de enfraquecer as organizações e desarticular a luta dos camponeses e camponesas.

O Pará, lamentavelmente, não é campeão nacional apenas em assassinatos no campo, mas, também em uma série de outros crimes, cometidos contra as pessoas e o meio ambiente. Trabalho escravo, grilagem de terra pública, desmatamento ilegal, despejos violentos, ameaças de morte, e outros. Era contra

esse estado de violência que lutava Dorothy e, devido à opção que fez, tornou-se também mais uma vítima. O julgamento e a condenação dos acusados de serem mandantes da morte de Dorothy, além de ser um passo importante na luta pela justiça, é também, uma forma dos camponeses e as entidades que os representam continuarem resistindo e fazendo o enfrentamento contra os representantes do capital que avançam sobre a Amazônia, deixando um rastro de destruição e morte contra a floresta e os povos que nela habitam.

Estes crimes, somados a tantas chacinas já ocorridas no Estado, são apenas alguns casos dentre os mais de 700 assassinatos que aconteceram na região nos últimos trinta anos e que continuam impunes. Na maioria absoluta dos casos, sequer um inquérito policial foi instaurado para apurar a responsabilidade pelos crimes. A realização de um júri não assegura que os condenados cumpram a pena atrás das grades. O fazendeiro Gerônimo Amorim, condenado a 19 anos de reclusão pelo assassinato de Expedito Ribeiro foi beneficiado pelo perdão judicial. Os comandantes do Massacre de Eldorado, condenados a mais de 200 anos de reclusão, continuam em liberdade sob a complacência da Justiça. Os fazendeiros Adilson Laranjeira e Vantuir Gonçalves, condenados a mais de 20 anos de reclusão, como mandantes do assassinato de João Canuto, continuam foragidos. Esse quadro de impunidade não pode ser relacionado aos problemas de ordem estrutural (falta de recursos humanos e financeiros), que alega o Judiciário quando questionado, mas sim, advém de uma relação promiscua de autoridades do Judiciário, do Ministério Público e do Governo com os grupos que comandam os crimes.

MUNICÍPIO	LIDERANÇA	DATA	PROCESSO
São Geraldo Araguaia	Raimundo Ferreira Lima – Sindicalista	1980	Sem processo
Marabá	Gabriel Sales Pimenta – Advogado	19.07.1982	Crime prescrito
Tomé-Açu	Benedito Alves Bandeira – Sindicalista	08.07.1984	Sem processo
Eldorado dos Carajás.	Irmã Adelaide Molinari – Religiosa	02.05.1985	Apenas o pistoleiro julgado e absolvido
Rio Maria	João Canuto de Oliveira – Sindicalista	18.12.1985	Mandantes condenados após 18 anos e foragidos
Belém	Paulo Fonteles de Lima – Advogado e ex-deputado	11.06.1987	Apenas pistoleiros condenados
Belém	João Carlos Batista. Advogado e deputado	06.12.1988	Apenas pistoleiro condenado
Rio Maria	Expedito Ribeiro de Souza – Sindicalista	02.02.1991	Pistoleiro, intermediário e mandante condenados. Mandante beneficiado pelo perdão judicial
Eldorado dos Carajás	Arnaldo Delcídio Ferreira – Sindicalista	01.05.1993	Processo parado
Eldorado dos Carajás	Antônio Telles Saraiva – Sindicalista	02.10.1994	Processo parado
Mãe do Rio	Reijane Guimarães – Sindicalista - Mov. Mulheres	1995	Processo parado
Parauapebas	Onalício Barros e Valentim Serra – Líderes do MST	26.03.98	Processo parado
Parauapebas	Euclides Francisco Paulo	26.09.1999	Apenas o pistoleiro condenado
Rondon do Pará	José Dutra da Costa (Dezinho) – Sindicalista	21.11.2000	Apenas o pistoleiro condenado
Marabá	José Pinheiro Lima – Sindicalista	09.07.2001	Processo em tramitação
Altamira	Ademir Alfeu Federicci (Dema) – Sindicalista	30.08.2001	Processo em tramitação
Altamira	Bartolomeu Moraes da Silva (Brasília) – Sindicalista	21.07.2002	Processo em tramitação
Afuá	Osvaldino Viana De Almeida (Profeta) – Sindicalista	20.10.2002	Processo em tramitação
Santarém	José Orlando de Souza – Sindicalista	03.05.2003	Processo em tramitação
Rondon do Pará	Ribamar Francisco dos Santos – Sindicalista	06.02.2004	Processo em tramitação
Anapú	Ir Dorothy Mae Stang – Religiosa	12.02.2005	Apenas pistoleiros e intermediário condenados

TRÊS ANOS DA CHACINA

Unaí, impunidade ou condenação?

DOM TOMÁS BALDUINO

Era manhã do dia 28 de janeiro de 2004. Por uma estrada de chão, na zona rural de Unaí, Minas Gerais, ia um carro com quatro pessoas. De repente a fuzilaria. Tiros diretos na cabeça dos ocupantes da viatura. Três morreram ali mesmo. O quarto, o motorista, mesmo gravemente ferido, conseguiu fugir e chegar à estrada principal. Lá foi socorrido e levado, ainda com vida, por 150 quilômetros, até o Hospital de Base de Brasília, aonde veio a falecer. O crime fora minuciosamente premeditado e planejado para ser visto como um assalto. O sobrevivente, porém, deu um depoimento valioso que levou a polícia a desvendar a chacina. As vítimas eram funcionários do Ministério do Trabalho e Emprego que realizavam uma fiscalização de trabalho escravo na região. Eram eles: os fiscais Nelson José, Eratóstenes de Almeida, João Batista Soares e o motorista Ailton Pereira. Os assassinos: os mandantes Antério Mânica, prefeito de Unaí e seu irmão Norberto, maiores produtores de feijão do mundo. Os pistoleiros Erivaldo de Vasconcelos, Rogério Alan Rocha e Wiliam Gomes. Os contratantes e intermediários, Francisco Pinheiro, Humberto Ribeiro, Hugo Alves e José Alberto. Este último e os irmãos Mânica são os únicos que respondem ao processo em liberdade.



arquivo CPT Minas Gerais

Celebração ecumênica lembrou os três da chacina

Unaí não é, entretanto, um caso isolado. É o que mais acontece na luta pela terra e pelas águas, sobretudo com o avanço assustador do agrohidronegócio. Este crescimento se apóia na opinião pública, alimentada pela mídia que projeta isso como o progresso, o benefício da Nação. Por isso conta com todo o apoio do Legislativo e do Judiciário, bem como com generosos incentivos governamentais. Por causa deste progresso fecham-se os olhos à devastação do cerrado, do pantanal e da floresta amazônica. Sobrevém a desertificação física e envenenamento do solo, assim como sobrevém a desertificação humana, desaparecendo o pouco que ainda resta da constelação de agricultores familiares. Podemos considerar o caso de Unaí como um símbolo, uma moeda de duas faces: de um lado a impunidade e do outro a condenação.

Vejamos primeiro a impunida-

de: este ano celebrou-se o terceiro ano desta chacina e não há nenhuma condenação, apesar de todas as evidências. Ou seja, há um projeto bem claro, que conta com a colaboração de vários empresários, bem como com a conivência de algumas autoridades judiciais, de tornar o crime impune para todos os acusados. O fato de Antério Mânica ter sido eleito prefeito de Unaí, com 72,37% dos votos, após o assassinato, mostra um grande esforço da elite econômica e política no sentido de livrá-lo da condenação. Com isso, ele goza de “foro privilegiado”. Houve, também, uma articulação para o julgamento ser realizado na comarca de Patos de Minas, onde os jurados seriam favoráveis à absolvição. A promotoria, porém, conseguiu desafogar para a capital do Estado. No dizer de Rosa Maria Campos, presidenta do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), “Os acusados entraram com muitos recursos, com

a intenção evidente de protelar o máximo possível o julgamento. Quanto mais demora o julgamento, mais as testemunhas vão esquecendo. As pessoas mudam, morrem. O adiamento do processo beneficia apenas os acusados”. Já houve compra de testemunhas e quantas ainda não são ameaçadas?

E a condenação? Se esta acontecer, de acordo com o Código Penal, poderá quadruplicar a pena máxima de 30 anos por pessoa assassinada para os dois mandantes e, proporcionalmente, para cada um dos outros sete. Foi crime organizado, premeditado, sem possibilidade de defesa ou fuga e, pior ainda, de enfrentamento do poder público. A condenação é a expectativa de todos os funcionários do Ministério a serviço da fiscalização do trabalho escravo, da Promotoria de Justiça, das organizações sociais populares, especialmente as do campo, e das diversas pastorais. Não se trata de vingança. Condenação aqui é

o caminho pedagógico da superação da impunidade que, significaria o império do latifúndio, a total insegurança dos fiscais, que, aliás, pararam suas funções logo após a chacina e, mais ainda, a continuação do trabalho escravo.

Na manhã de 28 de janeiro tive o privilégio de participar do ato religioso ecumênico, seguido do ato público, em volta das quatro cruzeiras martiriais do Nelson, do Eratóstenes, do João Batista e do Ailton. Um clima bíblico de indignação, de profecia, de emoção, mas também de muita esperança. Foram lembrados e invocados todos os mártires da terra e das águas. Foi especificamente lembrado, naquele campo de soja a perder de vista, o martírio da Mãe Terra. E todos os presentes, através de um manifesto ali proclamado, se comprometeram solenemente com a JUSTIÇA!

conselheiro permanente da Comissão Pastoral da Terra



CPT recebe Prêmio Combate ao Trabalho Escravo 2006



Citada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como uma das instituições em que os trabalhadores mais confiam e procuram para fazer denúncias, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) recebeu, em dezembro, dia 18, em Brasília, o Prêmio Combate ao Trabalho Escravo 2006, na categoria instituição. O jornalista Leonardo Sakamoto, da ONG Repórter Brasil – realiza trabalhos de prevenção e combate, foi o escolhido na categoria personalidade. Os repórteres da revista Época Ana Aranha e Ricardo Mendonça foram considerados os autores da melhor matéria jornalística. O Prêmio entregou uma estatueta e um cheque de R\$ 5 mil para as três categorias.

A premiação é uma iniciativa da OIT, Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) e Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe).

Agricultora se mata durante arresto de fumo no RS

No dia 2 de fevereiro, a agricultora Eva da Silva se suicidou após ter toda sua produção de fumo tomada, sob ordem do juiz Marcelo Silva de Carvalho, para o pagamento de uma suposta dívida que teria com a empresa fumageira Aliance One, na região do Vale do Rio, RS. Eva se enforcou no fundo do galpão de sua propriedade enquanto os carregadores e o oficial de justiça responsável pelo caso continuaram fazendo o arresto com ordens do juiz Marcelo para prosseguir com a ação. A empresa Aliance One, ao ser informada do suicídio, mandou, ainda, funcionários para o local para carregar o fumo mais rapidamente.

De acordo com o Movimento dos Pequenos Agricultores, a dívida da agricultora com a empresa não estava vencida. Eva vendia fumo para a Aliance há mais de 25 anos. O arresto é uma medida judicial em que se autoriza que uma empresa tome o fumo do agricultor em troca de dívidas. Segundo o MPA, casos de arresto arbitrário são cada vez mais frequentes na região do Vale do Pardo.

Atividades marcam dois anos sem irmã Dorothy

No dia 12 de fevereiro de 2005, irmã Dorothy Stang, da Congregação de Notre Dame de Namur e agente de CPT, foi covardemente assassinada com três tiros em Anapu, PA. Dois anos se passaram e os mandantes do assassinato continuam soltos. Diante desse quadro e de outros crimes, entidades e movimentos sociais transformaram a data no dia de luta em defesa da Amazônia e contra a impunidade e realizaram várias atividades. No dia 9, houve uma mesa redonda intitulada *Construção de Alternativas Populares para a Amazônia*, em Belém, PA. No dia 11 fevereiro, uma missa foi realizada em memória à irmã Dorothy, na paróquia Santa Maria Goreth, em Belém. Neste mesmo dia, em Anapu, também houve uma missa na parte da manhã e, depois, um almoço comunitário.

No dia 12, houve uma celebração ecumênica em frente ao Tribunal de Justiça do Pará, em Belém. Durante o ato, os participantes receberam doações voluntárias de brinquedos, roupas e materiais didáticos, destinados ao acampamento Carlos Prestes, do MST, em Irituia, PA. Ainda no dia 12, a governadora Ana Júlia Carepa recebeu uma comissão dos movimentos sociais, que apresentou documento sobre a situação no campo após a morte de Dorothy. O bispo do Xingu, D. Erwin Krautler, que sofre ameaças de morte, participou da audiência. As atividades foram organizadas pelo Comitê Dorothy, CPT, CIMI, MST, CDH-OAB, igrejas Anglicana e Luterana, dentre outras entidades.



100 mil atingidos nos próximos quatro anos

João Zinclar



Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, Bahia

O Programa Setorial de Política Energética e Mineral, que integra o Plano de Governo 2007 a 2010 do presidente Lula prevê a expansão do sistema hidrelétrico brasileiro, com prioridade para Amazônia. Se os 31 projetos previstos forem implantados, eles afetarão nos próximos quatro anos 100 mil pessoas. A previsão é do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB). No rio Madeira está prevista a construção das hidroelétricas de Santo Antônio e Girau, ambas em Porto Velho, RO. Os dados do Estudo de Impacto Ambiental indicam que 719 famílias serão atingidas. Mas, de acordo com o MAB, o número seria de cinco mil pessoas. Há, ainda, três comunidades indígenas isoladas que não foram incluídas no Estudo.

O Plano Decenal de Energia Elétrica 2006-2015, do Ministério de Minas e Energia, prevê a entrada em operação de 83 novas hidroelétricas. Segundo dados do MAB, seriam 494 novas barragens construídas até 2015. Hoje, o Brasil possui 625 barragens e 116 usinas hidrelétricas em operação.

Curtas

Desmatamento ilegal: Dez milhões em multas aplicadas por desmatamento ilegal dentro da área do Parque Nacional da Serra do Pardo, situado na bacia do rio Xingu, região conhecida como Terra do Meio, sudeste do Pará. Esse é o saldo da Operação Monte Pardo, realizada pelo Ibama e Polícia Militar, em dezembro de 2006, com a participação de 30 pessoas, entre servidores do Ibama, policiais e colaboradores.

Prêmio Direitos Humanos: Dom Erwin Krautler, que vem recebendo ameaças de morte por sua atuação no Pará, recebeu o Prêmio Direito Humanos José Carlos Castro, concedido pela Ordem dos Advogados do Brasil – seção Pará, no dia 22 de dezembro de 2006. Dom Erwin é bispo do Xingu, PA.

“Povos Indígenas do Brasil”: Este é o nome do estudo realizado pelo Instituto Socioambiental e o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi). O levantamento é o resultado de 25 anos de trabalho em busca de um panorama da população indígena. De acordo com os dados, há hoje no país 222 povos, 370 mil indígenas e mais de 180 línguas diferentes faladas. O estudo terá ainda uma enciclopédia – em fase de elaboração – onde será possível obter informações sobre cada um destes povos.

Homenageados pelo Prêmio Chico Mendes 2006 são parceiros da CPT, como é o caso do sindicalista Nilfo Wandscheer, de Lucas de Rio Verde, MT, recebeu o segundo lugar na categoria Liderança Individual; e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Lucas do Rio Verde, MT, recebeu o primeiro lugar na categoria Associação Comunitária. A premiação foi em Brasília, no mês de dezembro. Os homenageados receberam um diploma e um cheque de R\$ 20 mil.

CAMPANHA DA FRATERNIDADE

A Amazônia nos convoca à Fraternidade

ANTONIO CANUTO

No dia 21 de fevereiro se realizou em Belém, o lançamento da Campanha da Fraternidade 2007 que tem como tema a Amazônia. Infelizmente, entre o discurso e a prática há uma distância enorme. O lançamento da Campanha, que poderia constituir-se num gesto profético de extrema importância, foi totalmente desfigurado. Realizou-se numa ilha à qual tiveram acesso os que portavam convites. Foi patrocinado pela Companhia Vale do Rio Doce, uma das responsáveis pela devastação ambiental e por conflitos com comunidades indígenas e quilombolas. Foi organizado por uma empresa de eventos. O povo, tão valorizado no texto base, onde ficou?

São os povos da Amazônia, neste ano, é que nos convocam à fraternidade. Uma fraternidade que deve ultrapassar as relações humanas para atingir todos os seres vivos, todo o planeta. A Campanha da Fraternidade vem se encaixar como uma luva nas grandes questões debatidas e fartamente divulgadas, no início do mês de fevereiro, no relatório do IPCC – Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas. O documento, fruto de pesquisas de 2,5 mil cientistas de 130 países, condensa estudos realizados por ambientalistas nos últimos 30 anos. É contundente ao afirmar que o aquecimento global se deve à intervenção humana sobre o planeta.

A crise ecológica que vivemos é o marco que indica o fracasso da economia e da política dos últimos séculos. A economia da troca competitiva, diz Leonardo Boff, se mostra altamente destrutiva e pode nos levar ao

destino dos dinossauros. Este sistema econômico e o mito do crescimento a qualquer custo, tornam a Amazônia objeto de cobiça do capital internacional por suas riquezas, sobretudo minérios, madeira e água. É responsável pela grilagem de terras públicas, pela expulsão de comunidades tradicionais, pela invasão de territórios indígenas, pelo desmatamento incontrolado do bioma para expansão do agronegócio e pelas agressões e violências contra os camponeses e camponesas. Mesmo muitos discursos preservacionistas ocultam os interesses de grandes corporações transnacionais voltadas para a exploração da mais rica biodiversidade do planeta.

O modelo sobre o qual está construída nossa sociedade acaba se esquecendo da realidade concreta das pessoas. Ele é responsável pelo esvaziamento do interior da Amazônia e o inchaço das capitais com suas favelas ou bairros sem a mínima estrutura e condições de vida humana. Em 2000, a população urbana representava 68,20% de toda a população da Amazônia e algumas capitais concentravam mais da metade ou quase a metade de

toda população do estado (61,89% na Roraima, 59,83% no Amapá; 49,47% no Amazonas, 45,70% no Acre).

Povos tradicionais e a terra

O grande objetivo da Campanha da Fraternidade deste ano é trazer para o centro do cenário brasileiro os povos e as comunidades da Amazônia com seus valores e sua cultura. São os índios (504, das 841 terras indígenas do Brasil se situam na Amazônia); os povos afro-descendentes (das 3.110 áreas identificadas, 1414 se encontram na Amazônia); os seringueiros (migrantes chegados à Amazônia nos ciclos da borracha); os ribeirinhos e os posseiros. A estes se juntaram os colonos pelo processo de ocupação da Amazônia promovido e incentivado a partir dos governos militares. O estilo de vida simples das comunidades e povos amazônidas deve provocar uma reflexão séria em todos nós, inseridos numa lógica social consumista. Somos convocados a uma “mudança de mentalidade que se expresse num estilo de vida simples e austero, respeitoso do ambiente e do próximo”, como está

explícito nos objetivos específicos da Campanha da Fraternidade.

A Campanha ainda deve nos ajudar a refletir sobre a criação. A expressão bíblica submeter a terra não dá à pessoa humana o direito de fazer da natureza o que bem entender. “Não é autorização para grilar a terra, devastar o ambiente, poluir as águas, matar os animais sem nenhuma razão, causar a morte”. Dominar a terra “pode ser traduzida por ‘governar’, ‘cuidar’, ‘preservar’, ‘conviver’”, nos diz o texto-base. Deus colocou Adão e Eva no jardim do Éden para que o cultivassem e guardassem. Nós, seres humanos, seres vivos e Terra, formamos um conjunto inseparável. “O destino da Terra e da humanidade coincidem: ou nos salvamos juntos ou sucumbimos juntos”, afirma Leonardo Boff

CPT e Amazônia

A CPT está totalmente envolvida na Campanha da Fraternidade deste ano. Nosso biblista, Sandro Gallazzi, da CPT Amapá, participou do trabalho de construção do texto-base. Nossa semana de formação nacional, em novembro do ano passado, foi dedicada ao melhor conhecimento da realidade amazônica. O envolvimento da CPT com essa região tem raízes na sua história. A Pastoral surgiu como resposta da Igreja às situações de violência em que viviam índios, posseiros e peões na Amazônia, na década de 1970, diante do avanço do capitalismo com apoio e incentivos do Governo Federal. Foi no encontro, realizado em junho de 1975, em Goiânia, sobre Terras e Migrações na Amazônia Legal que bispos e preladados da Amazônia, junto com os demais participantes, decidiram criar uma pastoral para acompanhar a problemática do campo. Nessa região foi derramado o sangue da maior parte dos mártires da luta pela terra, como Pe. Josimo (TO) e irmãs Adelaide e Dorothy (PA). Entre centenas de trabalhadoras e trabalhadores.

Amílcar Carneiro



POVOS TRADICIONAIS

Uma história de resistência

O processo de ocupação da Amazônia brasileira foi intensificado pelo Governo Militar na década de 70 com objetivos geopolíticos, após a criação do Incra e a abertura da Transamazônica. Só que a região já era habitada pelos povos indígenas e posseiros. O governo achava que estas populações deveriam se subordinar à estrutura social em expansão e, ainda supunha, que nesse contato elas desapareceriam, não sendo um empecilho para a expansão da fronteira. A idéia era levar o “progresso” para esta parte do Brasil.

CRISTIANE PASSOS

De acordo com o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, o governo ditatorial não se preocupou com a cultura e costumes dessas comunidades. Para manterem a sua identidade, os povos tradicionais da Amazônia foram criando formas de resistência e de barrar a ocupação desordenada que colocaria em risco a sua sobrevivência. O processo foi lento, pois, neste período, segundo Wagner, não havia movimentos sociais, eles só vão aparecer na década de 80. Contudo, os conflitos e os assassinatos estavam bem presentes na vida dessas comunidades. Uma das primeiras iniciativas para dar visibilidade a esta situação foi a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975. “As primeiras denúncias, as cartas pastorais, a idéia de dar voz ao povo, ao clamor do povo, veio de 78, 79 para frente. O (Dom Pedro) Casaldáliga e outros são figuras que de certa forma colocam a igreja como instância mediadora na questão dos conflitos agrários e a CPT vem a ser a materialização dessa mediação”, explica Alfredo Wagner.

A resistência destas comunidades foi um dos temas tratados pela CPT em seu Encontro Nacional de Formação, realizado em novembro de 2006, que contou com a assessoria do professor Alfredo Wagner, que é visitante do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e coordenador do projeto Nova Cartografia Social na Amazônia.

No início, a organização das comunidades se deu através de lide-



Cristiane Passos

ranças que assumiram a luta e que, na maioria dos casos, acabaram morrendo por causa disso. Nomes como o de Chico Mendes, que teve um papel importante na fundação do Conselho Nacional dos Seringueiros e que foi assassinado no dia 22 de dezembro de 1988 em Xapuri, Acre. Ou como Wilson Pinheiro, popular também no Acre, onde foi assassinado em 21 de julho de 1980, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília. Iniciativas como as desses homens impulsionaram a criação de sindicatos, organizações, movimentos e encontros que tentavam mostrar ao país uma cultura de resistência formadora de conhecimentos próprios.

Em 1985 foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros, o primeiro grande movimento da época na região, que produziu a união dos povos da floresta englobando seringueiros, castanheiros e povos indígenas de todas as etnias. Mudanças, entretanto, vieram de forma efetiva somente em 1988 quando os movimentos sociais,

que se criaram até então, conseguiram incluir na elaboração da Constituinte o conceito de “terras tradicionalmente ocupadas”. Ainda em 1988 foi feita no Pará uma reunião entre a Eletro-norte, detentora de projetos hidrelétricos na Amazônia, e representantes das comunidades ameaçadas pelas barragens. A reunião foi o início da inclusão desses povos nas discussões que os envolviam diretamente, mas que, até então, não os contemplavam. Com uma boa cobertura da mídia e maior visibilidade, houve a ampliação do espectro das lutas.

Logo depois disso, o ano de 1989 foi marcado pelos primeiros encontros. O 1º Encontro das Quebradeiras de Coco Babaçu, que gerou o Conselho Estadual das Quebradeiras e o 1º Encontro das Comunidades Negras Rurais do Maranhão. Ainda nesse período surgem no Brasil movimentos de luta pela sobrevivência da Transamazônica e redes de movimentos dentro da BR. Entre 1991 e 1992 foi cria-

do o GTA, Grupo de Trabalho Amazônico, que apresentou o programa Piloto de Preservação das Florestas Tropicais. Ele, hoje, já diz representar 600 movimentos. Segundo Wagner, “são mais de 5 mil organizações hoje na Amazônia, que estão potencialmente convergindo para compor identidades coletivas objetivadas no movimento social. São grupos que se organizam por vários critérios políticos diferenciados, como por gênero, etnia ou relação com o meio ambiente”.

Os povos e suas riquezas naturais

Artesãs, mulheres do baixo e médio rio Negro, Amazonas, se organizaram em associações que transformaram seus produtos de Arumã em fonte de renda para toda a família. O principal produto é o tupé, um tapete muito procurado por turis-



arquivo CIMI

tas e lojas de Manaus, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Apesar dessa articulação e da preocupação com o manejo consciente dos arumanzais, órgãos ambientais proibiram as associações de coletarem matéria prima nas ilhas de Anavilhanas, AM, por serem elas Estações Ecológicas. Elas questionam a proibição, já que são as mais interessadas na preservação desses recursos e poderiam aliar a coleta de matéria-prima natural com a proteção ao meio ambiente.

As quebradeiras de coco babaçu também se organizaram e, a partir de 1997, entraram com processos legais pelo livre acesso aos babaçuais independentemente de domínio ou propriedade em que eles estejam. Desde essa data, leis municipais intituladas “Leis do Babaçu Livre” foram aprovadas em cidades do Maranhão, do Tocantins e do Pará. Em 2005, da mesma forma, as comunidades de Fundo de Pasto, no estado da Bahia, conseguiram a aprovação das chamadas “Leis do Licuri Livre”. O licuri, também conhecido como ouricuri, aricuri ou nicuri, possui uma amêndoa rica em nutrientes que catadores exploram em sistema comunitário e de economia familiar, além de ser usado como complemento alimentar para essas comunidades. Outro exemplo são os faxinais, da região centro-sul do Paraná. Eles são “sistemas de produção camponês tradicional que tem como traço marcante o uso coletivo da terra para produção animal e conservação ambiental”.

Alfredo Wagner mostrou, através desses exemplos, que a articulação dos povos tradicionais não é uma lógica



João Ripper

exclusiva da região amazônica e nem restrita ao meio rural. “Hoje, nós estamos obrigados a repensar a Amazônia nesse sentido, pois os geraizeiros no norte de Minas e os faxinais, no Paraná, mostram que essas diferenças estão aparecendo em outros lugares. Há também movimentos que tentam resgatar sua identidade mesmo estando longe de seus territórios originais. Em Belém, PA, por exemplo, foi criada a Associação dos Indígenas de Região Metropolitana de Belém (AIAMB) que tem como uma de suas principais preocupações a luta pelo reconhecimento do seu direito como indígena na sociedade”.

Políticas governamentais e territorialidade

Sobre as estratégias governamentais para com os povos tradicionais, o professor acrescentou: “Há um medo, hoje, que se volte a fazer tudo da maneira que era feito, ou seja, tudo errado, sem as devidas consultas. São utilizados instrumentos limitados, com regras que impedem as pessoas de expor suas opiniões, que provocam um constrangimento. Como, por exemplo, existirem barragens aprovadas pelo EIA-RIMA e que ignoram as comunidades. O Estado se pauta muito por uma necessidade biológica, material dos grupos, a primeira coisa é o estômago, casas de alvenaria e outras coisas, e se esquece que as pessoas não só tem necessidades físicas, tem necessidades que são imateriais. Além disso, tem o problema da consciência dessas necessidades, tem que ter atos compatíveis com aquilo que as pessoas acreditam e com aquilo que as pessoas têm consciência de que precisam”.

Em junho de 2002, o Brasil teve um grande avanço na discussão dos territórios tradicionais ao ratificar a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de junho de 1989, que reconhece como critério fundamental o ato de auto-identificação, dando o direito de propriedade e posse das terras aos povos que tradi-

cionalmente as ocupam. Da mesma forma, em dezembro de 2004, diante da pressão dos movimentos sociais, o governo federal criou a Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais a fim de promover a implantação de uma política nacional dirigida especialmente a essas comunidades.

Mesmo assim, a questão da territorialidade e do reconhecimento de áreas tradicionais se mostra lenta e cansativa. O significado da terra para esses povos segue uma lógica própria. A terra e o livre acesso aos recursos naturais são símbolos de identidade e coesão social para essas comunidades. Em muitos casos, devido à inoperância do governo, o conflito com grileiros e fazendeiros se torna constante e violento. “A ratificação da convenção 169 foi uma atitude importante porque esses grupos sociais perceberam uma brecha na conquista de algo que era essencial para eles como territórios, mas há processos diferenciados para construir esses territórios”, complementou o professor.

1- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de Quilombo, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto: Terras Tradicionalmente Ocupadas*. Coleção “Tradição & Ordenamento Jurídico”, volume 2, Manaus, 2006.

Sector de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT



João Ripper

DIA INTERNACIONAL DA MULHER - 8 DE MARÇO

Quem te ensinou a pescar?

MARISTELA VITÓRIA

Em Acaraú, Ceará, as mulheres não se preocupam em dar o peixe, mas em ensinar a pescar. É assim com Mentinha, que pesca em área de mangue. Mulher guerreira, começou cedo na pesca, aos 6 anos de idade. Inquieta, participa de diversas articulações. Ela faz parte dos fóruns de Pescadores e Pescadoras do Litoral Cearense e o da Zona Costeira. Participa ainda da Rede de Educação do Litoral Cearense (REALCE) e do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP). Há sete anos no movimento de pescadores, Maria do Livramento Santos, ou Mentinha, ajudou a mudar a realidade de sua região, conhecida como Curral Velho. Com a chegada da carcinicultura, a comunidade se organizou e lutou contra a destruição dos mangues.

A Empresa Joli Aqüicultura Ltda construiu diversos viveiros na comunidade de Mentinha. Prometeu benefícios para a população e quando achou que conquistou a confiança, começou a destruir um dos únicos meios de sobrevivência do povoado: os manguezais. Desmataram, entraram com máquinas retirando tudo e queimando. Cansada de sofrer, a comunidade resolveu dar um basta e começou a cortar as cercas e a protestar. Em 2004, no dia 7 de setembro, Dia do Grito dos Excluídos, as famílias do povoado foram recebidas com tiros quando chegaram até a empresa para protestar. A Joli havia contratado pistoleiros, que feriram cinco pescadores e três crianças.

Neste 8 de março, o depoimento de Mentinha traz ânimo para a luta das mulheres e pelos direitos humanos. A pescadora e ambientalista falou ao Pastoral da Terra durante o I Encontro Nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras, realizado em Goiânia, Goiás, em dezembro de 2006.



João Zinclar

viveiros de carcinicultura, que é aquela água suja, porque dificilmente eles usam a bacia de segmentação. Quando eles soltam a água podre, ela vai diretamente para o estuário, aí, o que tem de peixe, de siri, de crustáceos do mangue, morrem. Os manguezais sofrem com isto, porque as raízes (das plantas), que não se dão com estes produtos, apodrecem lá embaixo.

O que aconteceu em sua comunidade depois da chegada da carcinicultura?

Eu não falo só da minha comunidade, mas de outras também. A comunidade que tem hoje a carcinicultura instalada, não é beneficiada. Como e quando ela foi beneficiada? Quando foi para a atividade começar, porque precisou de boa parte da comunidade. As pessoas desmataram o mangue e tiveram acesso ao emprego. Mas a maioria delas que ajudou a construir esses empreendimentos, hoje não é mais empregada da firma. Para implantar o negócio precisa de 100 ou 200 pessoas. Aí, quando eles já estão com tudo pronto, só precisarão de duas pessoas em cada tanque de viveiro, ou uma. Além disso, muitos perderam seu tempo de serviço, porque trabalharam pela diária, sem carteira assinada. Aqueles que têm noção, saem e procuram a nossa associação. E nós corremos atrás dos direitos deles.

Como foi esse processo de organização?

Nós nos organizamos porque achamos que a carcinicultura poderia nos causar muitos prejuízos, só

Qual a importância da organização das mulheres pescadoras?

Tivemos que nos articular para enfrentar a perseguição da carcinicultura (criação de camarão) e defender a nossa área de pesca, que são os manguezais, é dali que as mulheres tiram o sustento. Nós temos ainda mulheres que pescam em alto mar, mas não são muitas. Essa articulação de mulheres pescadoras surgiu em 2004, agora, muitas delas já vinham se articulando, umas com 10, 15 anos, ou, c o m o e u ,



Maristela Vitória

Mentinha

com 7 anos. Quando o número de mulheres ficou maior, resolvemos formar um grupo de pescadoras. Já fizemos uma primeira conferência em 2004, em nível nacional, em Goiás, na cidade de Luziânia, que acolheu pescadoras de todos os Estados brasileiros.

No movimento de pesca não encontramos só pescadoras, temos senadoras, técnicas, mas quando se fala em trabalho ambiental, a atuação das pescadoras e campestinas é fundamental. Hoje, me coloco não só como pescadora, mas também como uma ambientalista. Quando se fala em meio-ambiente é preciso olhar para fora, para o mar, para o Cerrado e, se o homem continuar a destruir, o ecossistema não vai se recuperar não. Principalmente os manguezais, eles não se recuperam fácil não.

Qual a situação hoje dos manguezais?

Eles são vítimas do fogo, dos maquinários, do desmatamento de um modo geral. E, por ser assim, são ameaçados. Há também a contaminação no estuário (foz), que vem dos

DIA INTERNACIONAL DA MULHER - 8 DE MARÇO

que ninguém sabia realmente quais eram. Quando o carcinicultor veio para as comunidades fazer reuniões dizia: "Olha, é um empreendimento bom, vai gerar emprego e renda". A empresa inicialmente deu material de construção para a comunidade, material de pesca, falaram que ia fazer campo de futebol, creche. Tudo bem, até aí nós concordamos. Mas quando começaram os trabalhos, a agredir os mangues, os carnaubais, a cercarem as áreas por onde passam nossos caminhos, abrimos os olhos: "Essa coisa não vai ser boa não". Arregaçamos as mangas e lutamos. Hoje podemos cantar vitória, não é que conquistamos tudo, mas muita coisa. O desmatamento em nossa comunidade, assim como em outras, parou.

Quais são os desafios agora para a organização de pescadoras?

O desafio maior é para que todo mundo, inclusive o governo, entenda que a natureza é muito mais importante do que o capitalismo. O dinheiro é o principal causador dos problemas como a carcinicultura e o agronegócio. Para mim, se não houvesse mais licenciamento para agressão ao meio-ambiente, seria uma glória alcançada em todo o meu tempo de ambientalista. Na Bíblia diz algo que todos deveriam saber, inclusive a lei. Em Isaías,

capítulo 24, diz: "Na verdade a terra está contaminada por causa de seus moradores, portanto, transgridem as leis, mudam os estatutos e quebram a aliança eterna". E é isso mesmo, o dinheiro domina direitinho as regras da lei. O governo precisa entender que nosso país não precisa deste tipo de desenvolvimento. Ele deveria empregar esses recursos nas nossas comunidades, porque sabemos trabalhar. Nós temos a pesca, nós só não temos uma produção melhor porque não temos recursos. Como vamos ter equipamentos como freezer, geladeira?

Quem te ensinou a pescar?

Eu agradeço aos meus pais, que são pescadores. Meu pai já morreu, minha mãe ainda vive. Eu via minha mãe levantar muito cedo para pescar o sururu, o caranguejo, o siri. E eu chorava porque queria ir e ela não queria me levar. Mas eu dizia: "Um dia eu vou". E quando ela chegava da pesca e trazia aquilo que foi buscar com suas companheiras, eu achava muito bonito. E hoje eu estou na área da pesca. Ensinei aos meus filhos. Quanto à pergunta quem te ensinou a pescar. Eu agradeço ao próprio mar, aos manguezais. Eu sou apaixonada por isto. Sou tão apaixonada que em todos os meus trabalhos (poemas) incluo o mar, o manguê.



João Zinclar

Colegas pescadoras do nosso Ceará

João Zinclar



Você que pesca marisco, não vamos desanimar. Vamos sempre estar de olho nestes produtos do mar. Sabe porque, amiguinhas, falo desta maneira? Porque o problema é sério, não é de brincadeira. Vamos preservar os nossos produtos, porque somos nós as marisqueiras

Os mariscos não se encontram aí pelas calçadas, eles nascem da lama negra, recebem o excesso da água salgada

gerado pela natureza, que Deus dá e não se acaba.

Mulheres inteligentes, que se opõem na guerra, elas defendem os mariscos e os animais da terra, Elas não perdem por esperar, a vitória desta guerra.

Eu lembro muitas vezes, quando saía para pescar, o sururu e o caranguejo Sá, a ostra, nem se fala, esta é boa pra danar.

Os navegantes da vida, que encaro de verdade, tem o peixe em extinção, com todos na liberdade, mantendo os ecossistemas, sem nenhuma perversidade. Se algum dia os ecossistemas forem destruídos por inteiro, aí quero ver o homem comer, beber e respirar dinheiro.

Depois entram em desespero.

Os mariscos têm que viver em lugar bem preservado, onde só passa a maré, e não seja contaminado, onde não passa nem o cheiro, do tal camarão clonado.

Por culpa do tal homem, não podemos mais pescar, nem nos rios de água doce, nem dentro do mar não se encontra mais nada, o que vamos fazer lá.

No estuário manguezal existe espécies fascinantes, conheço todas de perto, e não esqueço só um instante, fico triste em saber que o homem destrói a cada instante.

Espero que tenham gostado deste pequeno poema, em homenagem as pescadoras. Acho que valeu a pena! Seria bom que nós encontrássemos na praia de Iracema.

Poema de Mentinha

MINAS GERAIS

Rompimento de barragem deixa pessoas desabrigadas

“Tudo é político, nada é neutro, ainda mais quando se refere à terra e à Água”

(Dom Tomás Balduino, conselheiro permanente da CPT)

REINALDO BARBERINE

Na madrugada do dia 10 de janeiro houve o “rompimento” da barragem de rejeitos da lavagem do minério bauxita da empresa de Mineração Rio Pomba Cataguases, em Mirai, Minas Gerais. Segundo a Defesa Civil, cerca de 2 milhões de metros cúbicos de lama foram para os rios da região. Ela inundou cidades, trazendo consequências para os municípios de Muriaé, Patrocínio do Muriaé, e para o noroeste fluminense (Lage do Muriaé, Italva, Itaperuna, Cardoso Moreira e São José de Ubá). Em Mirai, pelo menos quatro mil pessoas ficaram desabrigadas, 60% da cidade foi tomada pela lama. Já em Muriaé cerca de cinco a oito mil ficaram desabrigados. Destes, mais de 80% perderam tudo que tinham nas casas. Há uma tristeza de quem foi atingido e muita indignação de quem há tempos vem chamando a atenção dos riscos de uma barragem desse tipo na região.

A empresa ainda não pagou a multa do “acidente” de março de 2006. Agora, com toda a tragédia se repetindo, o governo de Minas interditou suas atividades. Nós, da CPT Zona da Mata, e entidades sindicais, pastorais, movimentos sociais e parlamentares estamos denunciando, há três anos, os riscos destas barragens e seus impactos sociais, ambientais e culturais.

Foram feitas várias audiências públicas, e reuniões, inclusive com o secretário estadual de Meio Ambiente de Minas. Em todas elas, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais esteve envolvida através das comissões de Participação Popular, Meio Ambiente e Agropecuária e Industrial. Temos



CPT Zona da Mata - MG

afirmado, juntamente com os agricultores familiares, que nossa região já tem um modelo de desenvolvimento com base na agricultura familiar sustentável, agro-ecológica e que não compatibiliza com atividades minerárias. Infelizmente existe uma vontade muito grande de se extrair bauxita na Zona da Mata custe o que custar. Não se discute com as comunidades atingidas. Os espaços de debate foram conquistados com muita luta. Do contrário, acórdão tudo entre quatro paredes (poder público e empresa). Estamos buscando unir forças do campo e da cidade e chamar a todos e todas para um grande mutirão em DEFESA DA VIDA e do MEIO AMBIENTE.

A CPT na defesa da vida

A Zona da Mata vem sendo torturada ao longo dos anos. Em nome do

desenvolvimento veio a “revolução verde”, que incentivou uma série de estratégias de lidar com a terra trazendo consequências irreversíveis. Posteriormente, veio a Belgo Mineira, que desmatou à vontade. Agora, a região foi invadida por grandes grupos econômicos do ramo de atividades minerárias que estavam de olho nesse local desde a década de 70. Fizemos muitas pesquisas e descobrimos que existe no solo uma grande quantidade de bauxita. A Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) se estabeleceu na região, dando passos largos para legalizar e conseguir tirar a bauxita da terra. Depois de 20 anos, o que era uma simples pesquisa de solo, poderá se transformar numa grande tragédia para a região, trazendo consequências negativas para o campo e a cidade. Entre elas: solo empobrecido, água poluída, destruição

de nossa fauna e flora, doenças, expulsão das famílias do campo, impactos sobre parte da área de proteção ambiental da Serra das Aranhas e do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e tráfego pesado de caminhões, causando danos às nossas estradas e colocando em risco a vida dos que por elas trafegam.

O projeto em si trata-se de uma extração de minério em vários municípios da região, por um período de mais de 70 anos. Tal investida nos desafia a fazer um grande mutirão que, na verdade, já começou. Desde 2003, entidades sindicais, pastorais, ambientalistas, movimentos sociais e outros têm se empenhado nesta luta. Foi criada a Comissão dos Atingidos e Atingidas por Mineração da região Zona da Mata. Foram realizadas várias reuniões locais, regionais e estaduais, visitas a regiões já mineradas, seminários e audiências públicas. A luta popular tem nos ensinado que para combater os grandes projetos que vem “de cima para baixo” massacrando as comunidades, a grande ferramenta é o povo organizado, fazendo resistência e cobrando das autoridades e órgãos competentes providências em defesa da maioria da população. Nós, da CPT da Zona da Mata, estamos nesta luta junto aos agricultores familiares. Nosso trabalho é acompanhar os atingidos e atingidas por mineração na região, reforçar a organização nas comunidades rurais e objetivar a defesa de sua terra. Terra essa que é espaço da Vida e de Vida, dádiva de Deus, aqui e agora e para as futuras gerações.

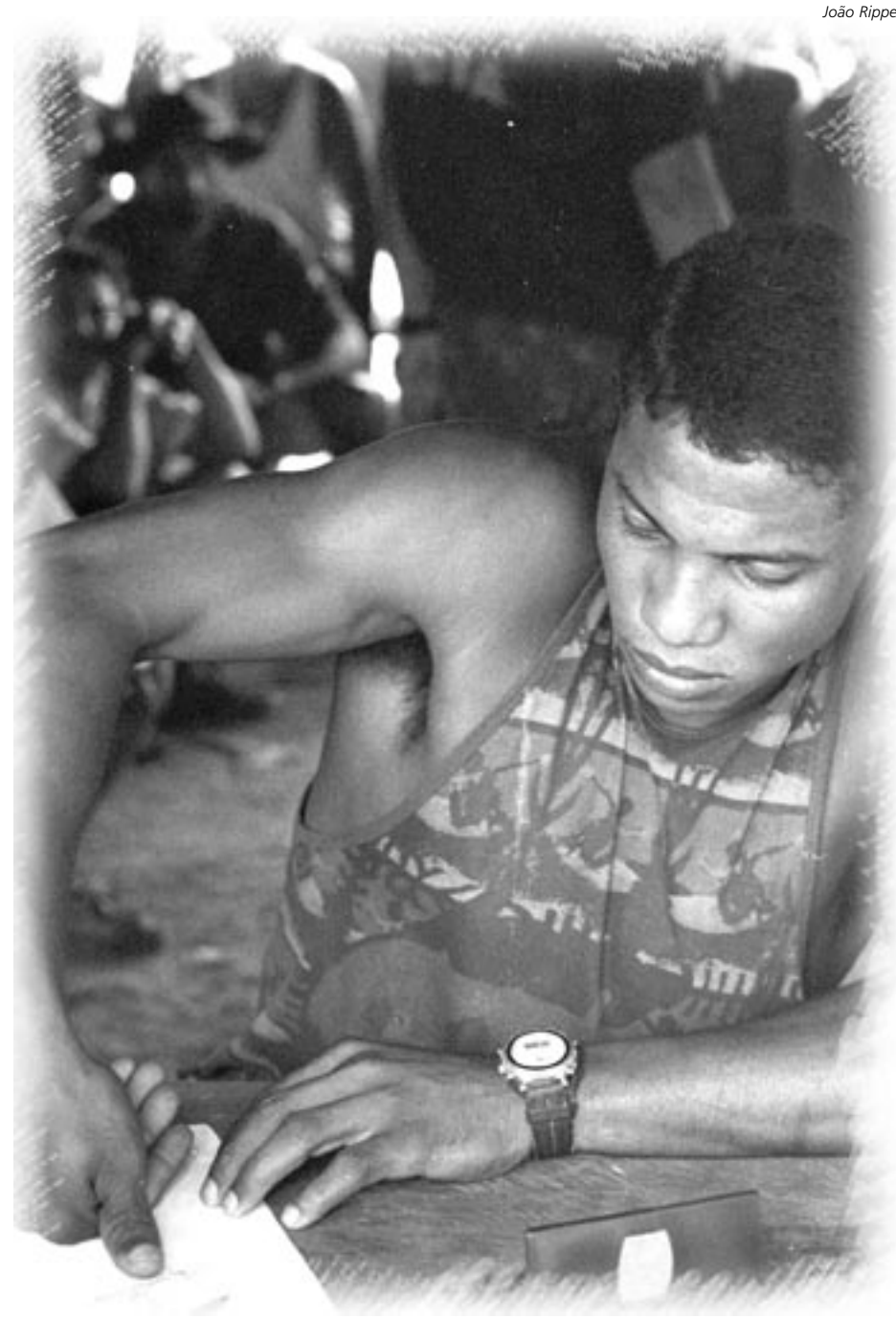
REALIDADE BRASILEIRA

Por trás do trabalho escravo

XAVIER PLASSAT

Na audiência especial da Comissão Interamericana da OEA, realizada a pedido da Comissão Pastoral da Terra e do CEJIL em outubro do ano passado em Washington, EUA, uma representante do Governo brasileiro, ministra do Itamaraty, contestou a atualidade da estimativa de 25 mil trabalhadores do campo brasileiro escravizados a cada ano em fazendas e carvoarias no Brasil. “Se já libertamos um total acumulado de cerca de 22 mil trabalhadores desde 1995 e a cada ano uma média de 4 mil, desde 2003, como é possível continuar tendo ainda 25 mil escravos? Este número tem que ter caído!”. Este é justamente o problema que motivou o nosso pedido da audiência bem como a nossa convocação para a Conferência Nacional de Açailândia, Maranhão, realizada em novembro. Apresentado como capaz de erradicar o trabalho escravo até o final de 2006, claramente, o plano oficial falhou, muito embora muitas de suas metas tenham sido realizadas parcial ou totalmente.

Do lado dos avanços, é consenso considerar que houve: intensificação da fiscalização; efetivação de ações da Justiça do Trabalho e Ministério Público do Trabalho; algumas punições que começaram a produzir efeito dissuasivo; mobilização de novos segmentos da sociedade, do setor produtivo e das instituições do Estado; sinalização pelo mercado nacional e internacional da possível retaliação contra produtos provenientes da escravidão ou do desmatamento ilegal; efeito dissuasivo da publicação semestral da Lista Suja dos escravocratas, com a conseqüente vedação de financiamentos públicos aos incluídos na lista; ampla divulgação da questão na opinião pública, especialmente entre os trabalhadores, alvos da nossa Campanha, resultando num estímulo a resistir e denunciar formas de opressão outrora ‘naturalizadas’ na cultura roceira. No lado negativo do balanço, registra-se: a obstrução sistemática do lobby ruralista à adoção de textos legislativos, com destaque para a emenda constitucional que prevê o confisco da terra dos escravistas, parada há mais de 10 anos no Congresso; a esquizofrenia da política oficial já que o governo que pretende erradicar o trabalho degradante é o mesmo que dá carta branca ao



João Ripper

agronegócio; a ausência de uma política preventiva de conjunto e a resistência do Judiciário em dar o basta que convém aos escravistas. A impunidade dos responsáveis pela chacina de Unai, só faz comprovar esse trágico destrato.

É nessas condições concretas que se apresenta a preocupante estabilidade dos números do trabalho escravo: 250 a 300 casos são denunciados anualmente, envolvendo 7 a 8 mil trabalhadores, dos quais 3 a 5 mil são resgatados pela fiscalização, principalmente pelo

Grupo Móvel. O provável é que ainda estejamos a descobrir a extensão do velado território chamado ‘escravidão moderna’. Abriram-se novos campos onde, anos atrás, nem se falava de sua vigência, como Bahia ou Tocantins. Surgiram frentes renovadas de ampliação do trabalho degradante na esteira das carvoarias, principalmente no sudeste paraense (resultando em três anos na duplicação da produção de ferro-gusa da Amazônia), das lavouras de soja, algodão e cana que invadiram os cerrados

e já adentram a floresta.

Nessas condições concretas também devemos procurar entender o significado da permanência do trabalho escravo. Se um Brasil conquistador de mercados continua tão pouco preocupado com a mazela do trabalho escravo, é porque essa prática pouco fere seu conceito de desenvolvimento sócio-econômico. O discurso dos escravistas modernos e seus aliados confirma, pela naturalização com a qual pretende acobertar suas práticas, uma visão quase antropológica da desigualdade essencial do gênero humano: faz jus à existência de uma sub-classe laboral, por natureza fadada à exploração brutal e à vida frugal. A permanência da escravidão no Brasil aponta para uma revisão crítica, profunda, não somente do plano que pretendia erradicá-la, mas, sobretudo da cultura e da estrutura social, econômica e política que tem-lhe fornecido alicerces, desde o Brasil-colônia. Interessante é que três filmes produzidos em 2006 por equipes da CPT envolvidas no combate ao trabalho escravo e na luta solidária com os assalariados rurais, apontam nessa mesma direção, embora dentro de contextos distintos. Gente e Carvão na Bahia (CPT-BA), Bagaço (CPT-PE e Rede Social), Tabuleiro de cana, xadrez de cativo (CPT-AL) e Aprisionados pelas Promessas (CPT-PA, PI e TO; CD-VDH; CEJIL e Witness).

A escravidão ‘moderna’ expressa na sua brutal indecência o paradigma da sociedade que rejeitamos e combatemos a partir de nossas variadas frentes de luta. Talvez seja por isso que, ao completar 10 anos de peleja, a Campanha da CPT contra o trabalho escravo já reúna a metade dos regionais da CPT do Brasil e tenha adquirido forte legitimidade, verificada, novamente, na entrega do Prêmio Nacional 2006 de Combate ao Trabalho Escravo. A redistribuição dos poderes estaduais resultante das últimas eleições apresenta situações desafiadoras que deverão ser enfrentadas sem moleza. Quem sabe poderemos contar amanhã com alguma mudança de atitude por parte de governos dos estados entre os mais escravizadores do país: Pará, Maranhão e Bahia.

Agente da CPT Araguaia/Tocantins e coordenador da Campanha da CPT “De olho aberto para não virar escravo”.

Um balanço do Fórum Social no Kênia

ROBERTO MALVEZZI

Ele não pode ser comparado aos Fóruns acontecidos em Porto Alegre. A distância, os custos, a fragilidade organizativa da sociedade civil africana, certa precariedade da infra-estrutura, a presença oficial de 50 mil pessoas – que nós não víamos – tornaram o Fórum Social Mundial bem mais enfraquecido. Entretanto, essas dificuldades eram esperadas e a intenção era tornar a África mais visível nas suas potencialidades e limites. Aos menos nos corredores, nos eventos preliminares, pudemos ver e conhecer melhor a realidade africana. Países que têm muito potencial mineral, por isso sempre objeto de disputas entre transnacionais da mineração e da indústria de armas, que sempre atuam no sentido de dividir e provocar guerras fratricidas para facilitar seu acesso às riquezas africanas. A África continua sendo um continente saqueado.

Para mim foi válido ter participado do evento da CIDSE – pool de entidades católicas européias que atua em todo o mundo – que debateu o impacto da indústria mineradora em todo o mundo, particularmente na África. Quase cem pessoas participaram do evento. Segundo o pessoal da Misereor que trabalha na África, lá não se pode pensar em movimentos organizados, muitas ONGs, assim por diante. Tudo lá acontece pelo viés das famílias, das tribos, dos clãs. Por isso as entidades têm muitas dificuldades de fazer uma atuação mais consistente.

Quando entramos em Nairóbi estamos diante de uma cidade irreal. Casas sofisticadas, avenidas apinhadas de carros novos japoneses, trânsito insuportável. Quando fomos à favela vimos que ali não existe classe média. Ou se é rico, ou se é miserável. Quase 400 mil pessoas estão confinadas na favela de Kibera, num espaço onde parece não caber 400 pessoas. Aí se coloca a questão das classes e das etnias. O rosto brasileiro da miséria é negro. Na África também. Mas a cara da riqueza concentrada na África também é negra. Enfim, a questão étnica sozinha não resolve o problema das injustiças sociais. Quando se fala em criar uma elite negra nesse país, podemos nos perguntar onde é que queremos mesmo chegar, isto é, queremos superar as injustiças sociais ou apenas promover parte dos negros para depois também oprimirem seus irmãos de cor que continuam na miséria?

As Igrejas marcaram muito mais presença, principalmente a Católica. A insistência das



Fotos de reprodução livre feitas pela Rede Ciranda que realizou durante o VII Fórum Social Mundial, a VII edição da Ciranda Internacional da Informação Independente, cujo lema em todas as edições é UMA OUTRA COMUNICAÇÃO É POSSÍVEL.

organizações africanas para que a Igreja Católica esteja mais presente na realidade do povo era uma súplica emocionada. Mas os presentes eram os lutadores da base,

não a hierarquia. Muito diferente à presença efusiva e marcante de Desmond Tutu. O Fórum precisa ser repensado. Parece que os organizadores já estão fazendo essa reflexão. Edições

automáticas poderão esvaziá-lo. Foi notória a ausência do rosto popular no evento.

Agente da CPT e coordenador do projeto "Impactos do Hidro-agronegócio"

CULTURAS POPULARES

“Cada um de nós tem um presente a oferecer”

CRISTIANE PASSOS

No dia 14 de janeiro, 44 Grupos ou Ternos de Folias de Reis de todo o estado de Goiás se reuniram na capital, Goiânia, para festejar o dia dos Santos Reis, comemorado todo 6 de janeiro, e para compor o 6º Encontro de Folias de Reis de Goiânia. Tendo, no Brasil, suas raízes na composição cultural do homem do campo, as Folias de Reis ocupam hoje espaços urbanos adaptando-se às novas condições de seus foliões, embaixadores e devotos. A cultura popular e suas manifestações vivem da prática ou de lembranças das atividades ligadas ao cultivo da terra, e que servem como base de grande parte das festas e produções culturais urbanas. Dessa forma, o professor da Universidade Federal de Goiás (UFG) e também embaixador da Folia de Reis das Lages, em Itapuranga, Goiás, Jadir Pessoa, traça um pequeno histórico desse processo de processo de migração cultural das Folias de Reis, sua origem, sua produção e sua reprodução.



Cristiane Passos

A primeira é o fato de o trabalhador rural ter um domínio relativamente maior sobre o seu trabalho. Assim, pode muito bem ausentar-se da lida de roça ou de curral nos dias do giro da folia. O trabalhador urbano não. Por isso as folias da cidade, em muitos casos têm que girar só aos sábados e domingos. A segunda diferença é quanto aos donativos oferecidos ao padroeiro. O que na roça garante a fartura da festa de encerramento são as ofertas típicas da produção rural: porco, frango, arroz, feijão etc. A terceira, decorrente da segunda, é quanto à não-realização da grande festa de encerramento na cidade a Festa de Reis lá da roça. A oferta que é feita em dinheiro não o é em quantidade suficiente para se fazer uma grande festa. Nos fundamentos específicos da crença, entretanto, não há nenhuma diferença em não ter a festa, o que significa dizer que a Folia de Reis está se transformando para continuar existindo.

Há diferenças de identificação popular entre as folias rurais e as folias urbanas?

Há, sim, por duas razões. Primeiro porque as pessoas que vivenciaram essa tradição lá na roça, não podem mais reproduzi-la do mesmo modo na cidade. A segunda razão é que as gerações urbanas mais novas só estão tendo a possibilidade de conhecê-la no formato urbano. Mas, o mais importante a considerar, do ponto de vista sociológico e antropológico, é que a sociedade brasileira tem passado por profundas transformações e, nelas, os grupos têm conseguido se manter e até se reconstituir culturalmente. As folias de Reis presentes na cidade estão se fortalecendo através dos Encontros de Folias. Os jornais, as escolas, as igrejas e as diversas organizações culturais também manifestam um reconhecimento muito mais expressivo em relação à cultura popular de modo geral.

Qual a origem das Folias de Reis e o que elas representam para o homem do campo?

Podemos falar de uma origem mais remota, na Europa medieval, passando pelo processo de colonização do Brasil, e uma de origem já mais nossa, no diversificado processo de formação populacional e cultural brasileiro. É documentado pela história, que em 1164, os restos mortais dos Reis Magos foram trasladados em um grande cortejo de um mês e meio, de Milão, Itália, para Colônia, Alemanha. A partir de então, Colônia tornou-se um pólo de grandes peregrinações vindas de toda a Europa. Ao longo de três séculos de colonização no Brasil, os mesmos Cantares de Reis que existiam na Europa foram gradativamente se juntando à mistura indígena-africana-portuguesa,

dando origem ao Reisado no Norte e parte do Nordeste, ao Terno de Reis no Sul e à Folia de Reis no Sudeste e Centro-Oeste. Ela é essencialmente uma criação do mundo rural. No Brasil, nós, foliões, repetimos de casa em casa o caminho de Belém, à semelhança do que fizeram os Santos Reis. Esta repetição veio a ser um fundamento antropológico de grande importância para a cultura camponesa que, sempre deixada à margem da estruturação da sociedade pós-industrial, acabou construindo um simples e quase silencioso grito de existência.

Como foi o processo de migração das Folias para as cidades?

Quando fiz a pesquisa para o mestrado sobre religião, em Ceres, GO, entre 1988 e 1989, um entrevistado me deu a resposta a esta pergunta: “aonde vai o homem vão os costumes

de cada um”. Iniciamos o século XX como um país totalmente rural e o concluímos como um país à beira de esquecer esse seu passado recente. Todos os integrantes de ternos de folias que giram nas médias e grandes cidades brasileiras têm uma história que acaba se repetindo sempre. Lá onde foram criados recebiam sempre a folia ou dela faziam parte. Posteriormente, morando na cidade, os antigos foliões conseguiram se agrupar. Isso se intensificou, sobretudo a partir dos anos 1940-1950. Hoje, em todas as grandes cidades, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia, Brasília, lá estão os foliões reproduzindo o que nunca esqueceram de sua antiga sociabilidade sertaneja.

Quais as principais diferenças entre as folias rurais e as folias urbanas?

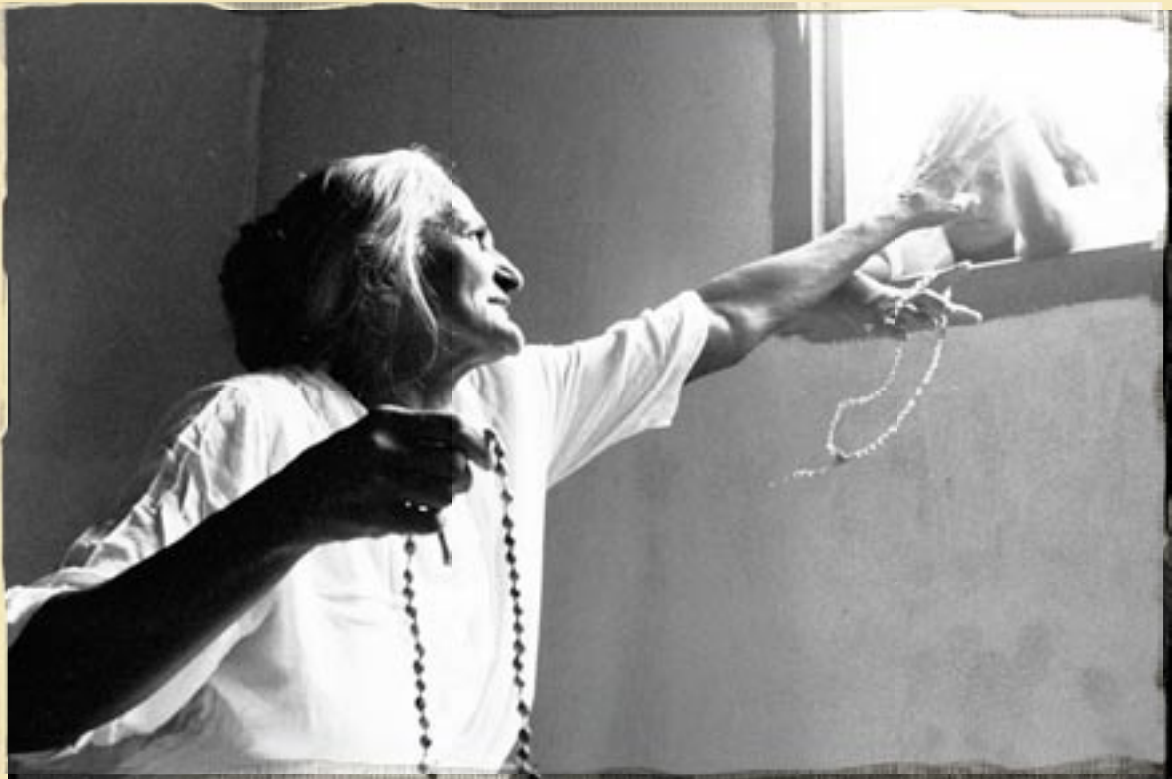
São mais notadas três diferenças.

CULTURA

Sermão da montanha nos dias de hoje

“Depois de pedir permissão a Deus para escrever ele me deu luz e eu escrevi o sermão da montanha dos dias de hoje”.

*Zequinha (lavrador da Pastoral da Terra)
– sem data e origem definidas*



João Laet

1. Felizes os pobres que não se vendem no tempo das eleições,
Porque terão a consciência limpa!

2. Felizes os pobres que se reúnem em suas comunidades,
Porque viverão sempre unidos!

3. Felizes os trabalhadores que trabalham em mutirão,
Porque nunca trabalharão só!

4. Felizes os trabalhadores que se organizam,
Porque vão conquistar a TERRA!

5. Felizes os pobres que discutem seus problemas,
Porque encontrarão solução!

6. Felizes os bispos, padres, freiras, agentes de pastoral que caminham
com os pobres,
Porque seguem o exemplo de Jesus
7. Felizes os Romeiros da Terra,
Porque serão animados na fé!

8. Felizes as crianças que freqüentam o catecismo,
Porque descobriram um Deus Vivo, Amigo, Companheiro, Poderoso, Misericordioso, Corajoso, Amoroso, Pai dos Pobres, que vive e caminha com os pobres!

9. Felizes os jovens que se unem,
Porque não serão enganados pela sociedade!

10. Felizes os pobres que passam fome,
Porque aprenderão a partilhar!

11. Felizes os humildes,
Porque Deus os exaltará!

12. Felizes os que têm coragem de lutar por Justiça,
Porque estão fazendo a vontade de Deus!

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

☐ Brasil

R\$ 10,00

☐ Para o exterior

US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: canuto@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1ºAndar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás – C.P. 749 - CEP 74.001-970

IMPRESSO

VIA AÉREA